



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Administração
Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças
Coordenação de Gestão Administrativa
Seção de Atividades Administrativas Auxiliares

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 68/2021-SAD/CGA/COGAF/DIRAD

1. OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem por finalidade orientar a empresa vencedora no fornecimento de material de consumo para o setor Gráfico e Reprográfico da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, conforme especificações contidas no Quadro CGA Anexo II.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Estudo Técnico Preliminar para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, no âmbito do ETP DIGITAL, a justificativa e objeto da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. Conforme documentos (0275956).

2.2. Conforme o disposto no Artigo 15, § 7º, II da Lei nº 8666/93, as justificativas das quantidades a serem adquiridas foram levantadas a partir do uso pelas unidades requisitantes tomando como base estas previsões.

3. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição de materiais gráficos e reprográficos é imprescindível ao setor para suprir às necessidades de produção dos mais variados trabalhos realizados, bem como para dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas das Unidades Organizacionais, na obtenção de serviços para o desenvolvimento das atividades que conduzem na instituição que são realizados a partir de cada material constante deste Termo de Referência - TR, e evitar a descontinuidade destes serviços realizados pela CGA/Setor Reprográfico.

3.2. Garantir a capacidade laboral do setor gráfico/reprográfico em apoio às ações da Sudam na Região Amazônica.

3.3. A referida demanda contempla a pesquisa de previsão deste setor gráfico e reprográfico/CGA a partir da projeção de uso tomando como base com base no histórico de utilização dos mesmos nos trabalhos demandados nos últimos 3 anos e as especificações são usuais do mercado.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DO NÃO FRACIONAMENTO

4.1. A contratação do serviço será por Dispensa de Licitação do objeto deste Termo de Referência e está fundamentada no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, uma vez que o valor estimado para a aquisição é inferior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

4.2. A projeção levou em conta o total da necessidade do setor gráfico para o exercício financeiro, portanto não haverá fracionamento de despesa, isto é, não haverá contratação de mesma natureza até o final do exercício que ultrapasse o valor teto e toda a aquisição foi projetada para atender toda a SUDAM neste período. Além do mais existe a economicidade uma vez não haverá gasto com toda uma estrutura licitatória.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1. A contratação dos fornecimentos se dará por meio da modalidade licitatória dispensa eletrônica com arrimo no inciso II do art. 24 da Lei nº8.666/93.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência: Aquisição de material de Material gráfico e reprográfico, para atendimento às atividades administrativas de vários setores da Sudam, bem como estoque, atividades relacionadas a projetos de reprodução de documentos, produção dos mais variados produtos: livros, folders, cartazes, campanhas internas, produção de artigos, etc.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

7.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Procedimentos

8.1.1. Os materiais deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações neste termo e seus Anexos.

8.1.2. A empresa vencedora deverá adotar os seguintes procedimentos visando o fornecimento dos materiais à SUDAM:

8.2. Quanto ao fornecimento e entrega:

a) Prazo de entrega deverá ser de no máximo 25 (vinte cinco dias) dias corridos contados a partir do quinto dia da assinatura/entrega do empenho/contrato ;

b) Somente admitir-se-á prorrogação de prazo quando verificada a ocorrência de pelo menos uma das hipóteses previstas no § 1º do Art. 57 da Lei 8.666/93, devendo ser adotado o procedimento previsto no § 2º do citado dispositivo legal, mediante solicitação da licitante vencedora aprovada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia;

c) A Nota de Empenho poderá ser enviada por meio de fac-símile com confirmação de recebimento, entregue pessoalmente por servidor qualificado do Órgão ou recebido por representante da empresa vencedora junto ao Órgão;

d) Fornecer os materiais, definidos neste Termo de referência e no Quadro CGA Anexo II, observando-se, rigorosamente, as características especificadas.

8.3. Local, Horário e condições de recebimento:

8.3.1. Material de Consumo - Local de entrega: Os materiais deverão ser entregues na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-Sudam, Almoxarifado/Divisão de Gestão de Suprimentos –Tv. Antônio Baena, 1113, bloco F - Marco, Belém - PA, 66093-082. Fones: (91) 4008 5666/ 4008 5629. no horário: das 09h às 11h e das 14h às 16h, em dia útil.

8.3.2. Recebimento dos materiais

8.3.2.1. O recebimento dos materiais ocorrerá da seguinte forma:

a) Todos os materiais adquiridos deverão ser recebidos pelo Serviço de Almoxarifado no local abaixo indicado, no horário das 09h às 11h e das 14h às 16h em dia útil, no Edifício da SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Travessa Antônio Baena, nº 1113, na Cidade de Belém Bairro do Marco, Bloco I - Almoxarifado - CEP 66093-082– Belém-PA.

b) O recebimento será efetuado nos seguintes termos:

b.1) **Provisoriamente**, pelo serviço de almoxarifado, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos materiais no Almoxarifado da SUDAM, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações constantes no Anexo II do Edital de chamamento e seus anexos;

b.2) **Definitivamente**, pelos servidores designados para encargos de gestor e fiscais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do prazo estabelecida na letra anterior, após verificação da qualidade e da quantidade dos materiais e consequente emissão do Termo de Recebimento;

c) Deverá ser verificada a equivalência dos materiais entregues, com as especificações contidas no termo de referência e anexo II confrontadas, também, com a proposta de preços apresentada pela empresa vencedora. Não será aceito material divergente quanto à marca, modelo, ou especificação diversa da informada na Proposta de Preços da empresa vencedora.

d) O Serviço de Almoxarifado somente receberá os materiais da empresa vencedora na sua totalidade. Não será aceito entrega parcial de materiais.

e) Cumpridas as condições estabelecidas, o Serviço de Almoxarifado e a empresa vencedora, firmarão em duas vias, Termo de Recebimento Provisório;

f) Na eventualidade de verificar-se defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam a utilização dos materiais, não será lavrado o Termo de Recebimento, enquanto não forem sanadas as incorreções.

8.3.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8.3.2.3. Recolhimento de material enviado em desconformidade: Material enviado em desconformidade quantava ou qualitava em relação ao empenhado, deverá ser recolhido em até 10 dias úteis, após o recebimento da solicitação de rerada.

8.3.2.4. Caso o material não seja rerado no prazo definido, será considerado abandonado e a Sudam dará as destinações que julgar pertinente.

8.3.2.5. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades.

8.3.2.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

8.3.2.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital de chamamento e seus anexos;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de referência/Anexo/ Edital de chamamento e seus anexos, e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência/ Edital de chamamento e seus anexos;

9.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de referência, Anexo II, no Edital de chamamento, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade; 7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (QUANDO FOR O CASO)

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05(cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 14.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 14.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normava nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 14.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertencentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 14.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emida a ordem bancária para pagamento.
- 14.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital de chamamento e seus anexos.
- 14.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 14.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normava nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 14.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 14.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 14.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 14.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 14.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) / 365$	$I = 0,00016438$
TX = Percentual da taxa anual = 6%	

15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

16.2. Por ser uma compra de materiais de consumo e comuns, conforme item 5 deste TR, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

17. GARANTIA DOS MATERIAIS ADQUIRIDOS

17.1. O prazo de garantia contratual dos bens, é de, no mínimo, 06 (seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, dos Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e do art.49 do Decreto nº 1.024 de 20 de setembro de 2019 a Contratada que, garantido o direito à ampla defesa, que:

18.2. Não celebrar o contrato:

18.2.1. Recusar ou deixar de enviar documento necessário para comprovar a capacidade de assinatura do contrato/ata de registro de preços;

18.2.2. Recusar ou deixar de assinar contrato dentro do prazo de convocação dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis;

18.2.3. Recusar ou deixar de confirmar o recebimento da Nota de Empenho referente ao contrato.

18.3. Sanções aplicáveis para as condutas 18.2.1, 18.2.2, 18.2.3:

18.3.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 04 meses;

18.3.2. Descredenciamento do Sicafe pelo prazo de até 5 (cinco) meses;

18.3.3. Multa de 1% do valor total do contrato, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10% (dez por cento).

18.4. Apresentar documentação falsa:

18.4.1. Omitir informações em documentos exigidos no certame;

18.4.2. Adulterar documento, público ou particular;

- 18.4.3. Encaminhar contrato adulterado.
- 18.5. **Sanções aplicáveis para as condutas 18.4.1, 18.4.2, 18.4.3:**
 - 18.5.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos;
 - 18.5.2. Descredenciamento do Sicafe pelo prazo de até 3 (três) anos;
 - 18.5.3. Multa de 20% do valor total do contrato.
- 18.6. **Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual:**
 - 18.6.1. Praticar qualquer ação ou omissão que prejudique o bom andamento da execução do contrato.
 - 18.6.2. Sanções aplicáveis para a conduta 18.6.1:
 - 18.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 1 (um) ano.
 - 18.6.2.2. Multa de 15% do valor total do contrato.
- 18.7. **Falhar na execução do contrato**
 - 18.7.1. Entregar materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato;
 - 18.7.2. Deixar de substituir materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contratos, no prazo estipulado pela Administração;
 - 18.7.3. Atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias;
 - 18.7.4. Recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens contratados;
 - 18.7.5. Deixar de entregar documentação fundamental para execução contratual.
- 18.8. **Sanções aplicáveis para as condutas 18.7.1; 18.7.2; 18.7.3 e 18.7.4:**
 - 18.8.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 06 meses;
 - 18.8.2. Multa de 1% do valor total do material, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10%;
 - 18.8.3. Descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 02 anos.
- 18.9. **Fraudar na execução do contrato**
 - 18.9.1. Elevar arbitrariamente os preços;
 - 18.9.2. Fornecer, como verdadeiro ou perfeito, material falsificado ou deteriorado;
 - 18.9.3. Entregar um material por outro;
 - 18.9.4. Alterar substância, qualidade ou quantidade do material fornecido;
- 18.10. Tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato.
- 18.11. **Sanções aplicáveis para as condutas 18.9.1, 18.9.2, 18.9.3, 18.9.4, 18.9.4 e 18.9.5**
 - 18.11.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
 - 18.11.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.
- 18.12. **Comportar-se de modo inidôneo**
 - 18.12.1. Realizar atos comprovadamente de má-fé ou com dolo;
 - 18.12.2. Participar de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;
 - 18.12.3. Não realizar o recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias;
 - 18.12.4. Não realizar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação;

18.12.5. Conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.13. **Sanções aplicáveis para as condutas 18.11.1, 18.11.2, 18.11.3, 18.11.4 e 18.11.5**

18.13.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 anos;

18.13.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.

18.14. **Cometer fraude fiscal**

18.14.1. Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;

18.14.2. Omitir informações em suas notas fiscais;

18.14.3. Falsificar ou alterar notas fiscais;

18.14.4. A declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP .

18.14.5. **Sanções aplicáveis para as condutas 18.14.1; 18.14.2, 18.14.3 e 18.14.4.**

18.14.6. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 anos;

18.14.7. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.

18.15. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

18.15.1. Advertência;

18.15.2. Multa de: 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, no fornecimento dos bens, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

18.15.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.15.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

18.15.5. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante o art. 7º, observada a seguinte ordem: I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato; II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada; e III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

18.15.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.15.7. As advertências serão aplicadas sempre que necessário ao fiel cumprimento contratual, desde que os fatos apresentados não tenham gerado prejuízo à Administração.

18.15.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 10520/2002, subsidiariamente a Lei 8.666, de 1993, e Lei nº 9.784, de 1999. 15.19. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.15.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.15.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.15.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.15.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.15.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.15.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS

19.1. O Custo Estimado da Contratação é de R\$ 11.870,94, conforme pesquisa de preços (0350871).

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

Aquisição de Material Gráfico e Reprográfico.

UG 533013 Gestão: 53202 Fonte: 0100/250/280 Elemento de despesa: 339030-Material de Consumo Programa de trabalho: 04122003220000001.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, no total ou em parte.

22. DO CONSÓRCIO

22.1. É vedada a participação de empresas em consórcio, uma vez que o objeto não apresenta uma complexidade ou vulto que justifique essa forma de participação.

23. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

24.1. Consoante art. 5º da IN SLTI/MPOG Nº 01/2010

24.1.1. Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

24.1.2. Deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

24.1.3. Os bens deverão ser preferencialmente, acondicionados em embalagem que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

24.1.4. Os bens deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

24.1.5. A comprovação do disposto nos itens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital de chamamento e seus anexos; e

24.1.6. Selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a SUDAM poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante.

25. **DA PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS**

25.1. A licitação será destinada, exclusivamente, à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP), na forma do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 6º do Decreto nº 8.538/2015, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado, e que atendam às condições exigidas neste termo e seus anexos, devendo:

25.1.1. **Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

25.1.1.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

25.1.1.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

25.1.1.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT - Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

25.1.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

25.1.1.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; 8.1.3.10. a não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no termo de referência, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato ou revogar a licitação;

25.1.2. **Relativo à Qualificação Técnica:**

25.1.2.1. A licitante deverá apresentar pelo menos um atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa forneceu bens pertinentes e compatíveis com o objeto deste termo de referência em características, quantidades e prazos;

25.1.2.2. O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor devendo conter, no mínimo, as seguintes informações: 1) razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor; 2) descrição do objeto contratado; 3) prazo de execução do trabalho, e; 4) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do serviço executado. Esses dados poderão ser utilizados pela Sudam para comprovação das informações.

25.1.3. Declarações:

25.1.3.1. Além das próprias da legislação e sistema a licitante deve enviar declaração que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas do meio ambiente.

26. PRAZO DE VIGÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES

26.1. O prazo de vigência será de 4 (quatro) meses contados do extrato da publicidade da contratação no DOU.

26.2. Na hipótese de que a contratação seja inferior a R\$ 17.600,00 não haverá publicação de extrato do contrato no DOU.

26.3. O instrumento substituto ao contrato será o empenho/contrato.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Normas

27.1.1. **4.1.** Na execução do objeto contratado deverá ser observado, pela empresa vencedora, o que estabelecem:

a) As normas e regulamentações do Órgão;

b) As Especificações dos produtos;

c) Demais condições e/ou exigências contidas no Edital de chamamento e seus Anexos.

27.2. Condições gerais

27.2.1. Embalagem

a) Todo o material deverá ser entregue em embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde a fábrica até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes por rodovias não pavimentadas e/ou marítima ou aérea;

b) As embalagens deverão ser adequadas para armazenagem por período mínimo de 12 (doze) meses, nas condições citadas anteriormente;

c) O Serviço de Almoxarifado verificará, ao chegarem os materiais, a etiqueta com as especificações dos produtos, o conteúdo das embalagens, as condições de manuseio e armazenamento e as condições e integridade das embalagens (estado de conservação, fechamento, etc.);

d) A empresa vencedora adequará, se necessário, seus métodos de embalagem, a fim de atender às condições mínimas estabelecidas acima, independentemente da inspeção e aprovação das embalagens pela SUDAM ou seu representante legal;

27.2.2. Transporte

27.2.3. A empresa vencedora será responsável pelo transporte dos produtos desde o local da embalagem até a sua entrega;

27.2.4. Do cancelamento

27.2.4.1. Constituem motivos para o cancelamento da Nota de Empenho:

- a) O não cumprimento de cláusulas deste anexo, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas deste anexo, especificações ou prazos;
- c) A lentidão no cumprimento do acordado, levando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia a comprovar a impossibilidade do fornecimento, no prazo estipulado;
- d) O atraso injustificado no fornecimento;
- e) A paralisação da entrega dos materiais, sem justa causa ou prévia comunicação deste órgão;
- f) A subcontratação total ou parcial do objeto, associação com outrem, à cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução do acordado, sem prévio conhecimento e autorização da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.
- g) O desatendimento das determinações regulares da Fiscalização, assim como a de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da SUDAM designado para acompanhamento e fiscalização deste objeto;
- i) A decretação de falência;
- j) A dissolução da empresa contratada;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa desta Instituição, e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;
- m) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a empresa contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- n) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela SUDAM decorrentes de fornecimento efetuado, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à empresa contratada, nestes casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) A não liberação por parte desta Instituição, de área, local ou objeto para a entrega do fornecimento do material adquirido;
- p) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste anexo.
- q) Descumprimento do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

27.2.5. Da proposta comercial

27.2.6. Procedimentos

Nos valores da proposta deverão estar compreendidos, além do lucro, encargos sociais, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da Proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado.

27.2.7. **Proponente**

Nome: _____

Razão Social: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Fax: _____

27.2.8. **Validade da Proposta: 90 dias corridos**

27.2.9. Dúvidas acerca das disposições contidas neste Termo de Referência poderão ser esclarecidas por intermédio do correio eletrônico waldemar.figueiredo@sudam.gov.br

Em, 04 de agosto de 2021.

WALDEMAR OLIVEIRA FIGUEIREDO

Artífice de Artes Gráficas

De Acordo.

VILMARA FERREIRA SALGADO

Coordenadora da CGA

Aprovo o Termo de Referência.

ROGERIO MATOS DOS SANTOS

Diretor de Administração da Sudam



Documento assinado eletronicamente por **Waldemar Oliveira Figueiredo, Gestor de Contrato**, em 04/08/2021, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vilmara Ferreira Salgado, Coordenador**, em 06/08/2021, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Matos dos Santos, Diretor**, em 06/08/2021, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0360032** e o código CRC **B3FF58E2**.